

CRÍTICA LITERÁRIA NAS OBRAS DE TERRY EAGLETON

LITERARY CRITICISM IN THE WORKS OF TERRY EAGLETON

Daniel Puglia*

RESUMO: Este artigo tem por objetivo apresentar algumas das ideias presentes nos livros do crítico literário britânico Terry Eagleton e sua eventual contribuição para a atualidade da crítica literária dialética. Foram selecionados livros entre os anos de 1983 e 1996, período que representou a consolidação de algumas vertentes no pensamento de Eagleton que viriam a ser desenvolvidas até os dias de hoje.

Palavras-chave: literatura e história; literatura e sociedade; crítica literária.

ABSTRACT: This article aims at discussing some of the ideas in the works of the British literary critic Terry Eagleton and their contribution to the current debates in the field of dialectical literary criticism. For that purpose, books have been selected between the years 1983 and 1996, the period in which the author's main lines of thought were consolidated and continue to develop until nowadays.

Keywords: literature and history; literature and society; literary criticism.

* Professor Doutor Departamento de Letras Modernas Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas Universidade de São Paulo. E-mail: danielpl@usp.br

Nossa intenção neste artigo é expor, de maneira panorâmica e bastante sucinta, determinados aspectos das obras de Terry Eagleton que talvez sirvam como baliza para a compreensão da crítica literária dialética. Acreditamos que particularmente importante é o esforço do autor de recuperar pressupostos do materialismo histórico como forma de aproximação dos fenômenos literários, culturais e simbólicos entendidos em seu sentido amplo. Durante as últimas décadas, a crítica de perspectiva materialista, em suas inúmeras tendências e manifestações, foi combatida e teve muitas vezes sua morte prematuramente anunciada. Isso tem ocorrido no campo acadêmico, bem como em outros setores da sociedade. Insistir na possibilidade de uma leitura da estética sempre em conexão com suas determinações históricas e mantendo no horizonte a possibilidade de superação do sistema produtor de mercadorias – insistir nisso, não tem sido tarefa fácil. Nesse sentido, a obra de Terry Eagleton teve ao menos o mérito de, ao longo de todas essas décadas difíceis, auxiliar aqueles que desejam travar conhecimento com uma tradição de pensamento que esteve atenta às lutas de seres humanos de carne e osso, nas suas vitórias e derrotas, contra a exploração, a opressão e a alienação fomentada nas sociedades lastreadas na desigualdade. Sabemos que a obra de Eagleton não é vista de maneira consensual, mesmo dentre os companheiros que partilham das mesmas armas críticas. Por isso, nosso objetivo com este texto não é de modo algum resolver todas as pendências teóricas ou sanar as divergências estratégicas eventualmente semeadas pela obra do autor. Nosso interesse é o de apenas fazer um convite à leitura, inclusive já alertando para o fato de que possivelmente as obras, o recorte e mesmo as linhas de força que selecionamos talvez não façam jus à rede de relações possibilitadas pelos ensaios elaborados pelo autor. Escolhemos livros escritos no período que vai de 1983 a 1996, pois julgamos que podem oferecer uma amostra do procedimento crítico estabelecido por Eagleton num momento em que sua prosa, salvo engano, atinge certa maturidade incisiva e, mais importante, define seu modo de engajamento: ao percorrer a arena dos debates teóricos, estabelece como meta a crítica aos consensos ideológicos e hegemônicos.

Visto por alguns como um simples manual e por outros como um texto excessivamente político, *Literary Theory: an introduction* (1983) pode ser entendido como uma tentativa do autor para estabelecer novos modos de engajamento na crítica e no ensaio de intervenção (EAGLETON, 1985). Seja como for, é sem dúvida um dos mais influentes e populares livros de teoria literária já publicados. É uma moderna história da crítica, dividida em capítulos que, com notável habilidade, oferecem tanto um panorama quanto observações pontuais acerca das principais correntes interpretativas dos séculos dezanove e vinte. Da ascensão dos estudos sobre a literatura em língua inglesa no período vitoriano, passando pelos desenvolvimentos do humanismo liberal em torno do grupo da revista *Scrutiny* e da Nova Crítica norte-americana, chegamos à fenomenologia, ao estruturalismo, ao pós-estruturalismo e à psicanálise. Permeando todo esse percurso, existe a permanente advertência sobre o caráter ideológico em torno das definições e do conceito de “literatura”.

Conforme observações de comentadores e do próprio Eagleton, parte da relevância alcançada pelo livro talvez seja devida a uma singular conjuntura histórica, quando a teoria literária começava a romper os limites das revistas e dos periódicos especializados¹. Como

1 Para um diagnóstico referente a este e outros tópicos, consultar especialmente o livro *A tarefa do crítico*, de Terry Eagleton e Matthew Beaumont, publicado pela Editora UNESP em 2010. Muitas das discussões e dos argumentos presentes nesse livro são usados como base para nosso artigo. O livro em si é uma longa entrevista em que Terry Eagleton esclarece inúmeros

decorrência disso, também os programas das disciplinas e das matérias estudadas nos cursos de literatura sofreram a influência dessa nova atmosfera de ruptura. Debates antes circunscritos a pequenos grupos de especialistas passaram a atingir uma audiência cada vez mais ampliada, na medida exata em que seu teor procurava trazer, em certa medida, o cotidiano para a sala de aula.

Outro aspecto que ajuda a explicar a importância de *Literary Theory* é o fato de seu texto ser um guia de leitura ao mesmo tempo polêmico e extremamente acessível. Para estudantes que desejavam conhecer a terminologia e o léxico teóricos, esse livro foi um instrumento para situar as diversas correntes entre si e também para entender de que forma a ortodoxia dos estudos literários podia ser desafiada. Como muitas das críticas e resenhas não tardaram a salientar, *Literary Theory* se tornou uma leitura obrigatória para um vasto público estudantil, mas com um detalhe bastante significativo: muitos dos chamados especialistas em teoria passaram a fazer do livro não apenas uma ferramenta de trabalho, mas também se engajaram nos debates em torno de pontos específicos levantados sobre as diversas abordagens críticas. O que acabou demonstrando que o texto possuía uma surpreendente capacidade de comunicação, atingindo tanto os que iniciavam seus estudos quanto os que exigiam formulações mais exigentes.

Também a natureza do estilo adotado por Eagleton influenciou seu sucesso. Vale ressaltar que nesse aspecto o livro foi, de modo similar, um marco: tentava manter a precisão conceitual ao mesmo tempo em que evitava a obscuridade do vocabulário excessivamente especializado. Um assunto muitas vezes árido era tratado com nítida leveza, fazendo da leitura um exercício agradável. Em se tratando de livros acadêmicos, isso não deixava de ser um fenômeno raro. Como ensaísta, Eagleton é um escritor atento à elaboração formal, com uma prosa de qualidade incomum. Assim, em *Literary Theory*, o ensaísta emprega o tom satírico e propenso à polêmica, algo que já ocorrera em alguns momentos do livro sobre Walter Benjamin (EAGLETON, 1981), porém surgindo agora de maneira mais presente em toda a obra. Isso agrega um tempero especial a essa história social das correntes críticas. Podemos dizer que *Literary Theory* diverte ao mesmo tempo em que ensina. Grande parte de sua popularidade também decorre disso. Como alguns comentadores rejeitam a nuance e o tom que tornaram o livro popular, vale lembrar que ser popular não significa necessariamente ser simplista ou redutor. Por isso, as ideias discutidas ao longo do ensaio são explicadas de maneira simples, entretanto sem terem subtraída toda a complexidade de seus conteúdos. O que, na verdade, constitui uma postura política explicitada por Eagleton: em sua opinião, popularizar ideias complexas é umas das mais altas missões de todo crítico que deseja combater injustiças, denunciar violências e democratizar o conhecimento.

O talento cômico fica patente na escrita de Eagleton. Em *Literary Theory* há um pronunciado desejo de combater a negatividade e a melancolia muitas vezes presente em certas vertentes da crítica literária, principalmente aquelas excessivamente distantes das lutas políticas reais. Eagleton, nesse sentido, acredita que o riso age como uma arma para destruir consensos e elevar a capacidade reflexiva, transformando o que é aparentemente natural em algo que pode ser julgado, criticado – e, portanto, algo que pode ser modificado. O potencial subversivo da comédia e da ironia faz que imagens e conceitos sejam deslocados, examinados sob nova luz, libertando assim os pensamentos de suas amarras ideologicamente construídas.

aspectos de sua obra, construindo um longo ensaio que serve de roteiro para a observação fundamentada acerca de sua trajetória.

É dessa forma que em praticamente cada página de *Literary Theory* existe algum aspecto da teoria literária cuja explicação merece a pincelada da ironia mordaz, esclarecedora. Mas novamente aqui cabe uma ressalva: nem sempre esse método de Eagleton encontrou boa acolhida entre seus pares. O receio parece ser o de perda de seriedade e acuidade científicas. Ocorre que, se o estilo é provocador, isso não implica perda de potencial cognitivo. A precisão teórica de Eagleton é reconhecida, mesmo por aqueles que discordam de suas posições políticas. Na verdade, ao resumir os principais aspectos de algumas das mais reconhecidas abordagens críticas, Eagleton opera com mordacidade sintética, sem deixar de informar e ensinar.

O humor e a ironia têm ainda um propósito maior. Ao longo de *Literary Theory* vai sendo realçada a articulação entre a política institucional da “literatura”, da teoria literária, e suas relações com a sociedade em sentido amplo. Desde a definição do que é “literatura”, passando pelos movimentos e pelas correntes críticas, até uma conclusão que estabelece o estreito relacionamento entre cultura e política: tudo isso faz que o leitor seja convidado a refletir sobre as ligações entre a esfera cultural e os contextos ideológicos, entre o conhecimento e o clima político geral de cada época. A intenção é evidentemente incentivar a crítica cultural socialmente consequente, adotando como perspectiva a necessidade de se modificar a ordem política vigente. Nesse sentido, ao olhar para o conceito de literatura e sua determinação ideológica, Eagleton propõe uma audaciosa e importante revisão do conceito: para ele, seria necessário que o escopo dos assuntos tratados sobre a rubrica de “literatura” fosse ampliado, congregando todo um corpo de práticas discursivas passíveis de serem estudadas e analisadas. Como sugestão, Eagleton afirma que seria necessário retornar ao campo da “retórica”, quando toda uma série de assuntos e conteúdos eram interpretados, num olhar mais ambicioso quando comparado ao praticado pelos atuais estudos literários. Assim, todo o campo discursivo se tornaria objeto de análise. O chamado cânone literário ainda seria estudado, mas agora com a perspectiva de sua amplificação. Além disso, o intercâmbio com outras disciplinas seria feito de maneira mais livre e até certo ponto inevitável. Em suma, propondo a substituição da “literatura” pela “retórica”, Eagleton procura reafirmar a abordagem dialética para a interpretação verdadeiramente interdisciplinar dos produtos culturais. Isso mais uma vez possibilita a ligação entre arte e sociedade, entre cultura e política.

O livro *The Function of Criticism* (1984) pode ser visto como um complemento sofisticado de *Literary Theory*. Sua proposta é oferecer uma história do pensamento crítico, principalmente em língua inglesa, mas com o viés de claramente situar em cada momento qual a situação e a relevância do esforço crítico (EAGLETON, 1989). É dessa forma que Eagleton destaca o quanto, durante os séculos dezessete e dezoito, a burguesia ascendente construiu para si um espaço interpretativo específico. Nele, o assim chamado julgamento racional e a crítica esclarecida se contrapunham aos ditames da autoridade de viés aristocrático que ainda estabelecia as regras na economia, na política e na cultura. Nesse sentido, Eagleton sublinha que, considerado historicamente, o moderno conceito de crítica literária está vinculado ao surgimento da esfera pública, de teor liberal, em princípios do século dezoito. Também merece relevo o fato de que a interdependência entre negociações culturais, políticas e econômicas ocorria de maneira mais acentuada na Inglaterra do que nos demais países europeus. Não é por acaso que a marca registrada da esfera pública inglesa foi seu aspecto consensual, tudo isso em conjunção com o novo bloco governante britânico. Em outras

palavras, a cultura serviu como um suporte unificador de tal bloco e a crítica teve papel essencial nessa construção.

Já na segunda metade do século dezoito, embora ecoando os debates públicos, a prosa crítica de um crítico como Samuel Johnson vai demonstrar uma profunda preocupação consigo mesma, com sua elaboração formal. As próprias palavras assumem o primeiro plano da intervenção, o que sugere um deslocamento de ênfase quando em comparação com a clareza e a limpidez de nomes como Addison e Steele. Essa modificação formal será marcada por Eagleton como umas das características de momentos de impasse da crítica e de sua função social (ALDERSON, 2004). Por isso, ele lembra que a modificação do sistema de mecenato literário para o sistema regido pelas leis do mercado funcionou como um marco divisório, uma demonstração de que o escritor já não podia ver seu trabalho como um produto advindo da colaboração entre iguais. Em *The Function of Criticism* fica a sugestão, útil para pensarmos o momento contemporâneo da crítica, de que a excessiva preocupação formal pode muitas vezes significar um sentimento de impotência e irrelevância.

Com a aproximação do século dezenove, a crítica se transforma num espaço de disputa política. Como reação a isso, Eagleton ressalta que o consenso cultural tem de ser procurado com novos parâmetros: a crítica e a literatura procuram se ausentar da dinâmica em que aconteciam os embates políticos, desejando ver a si mesmas como uma forma de conhecimento transcendental. Assim, vai ser enfatizado o papel da literatura como guardiã de certa sabedoria universal e como um patrimônio a ser potencialmente partilhado por todos, para além das rupturas históricas. Isso marcará também a história da crítica. De certa maneira, em *The Function of Criticism*, vemos o quanto o projeto do grupo em torno de F.R. Leavis, já agora na primeira metade do século vinte, revela continuidades com essa tendência anterior. O grupo de Cambridge representa uma mistura contraditória de ideias do Iluminismo e do Romantismo, como se tentasse, segundo Eagleton, reabilitar a memória de um consenso mais amplo, que supostamente existira numa época anterior. Na verdade, era a crença de uma minoria com acesso à arte e à cultura, protegendo-as do que era visto como disfunções históricas, referentes às pessoas de carne e osso. Foi nesse sentido que a proposta de atenção extremada ao texto, a seus aspectos formais, surgiu. Como bem sintetiza Eagleton, o contexto era eliminado para ser “universalmente revelado” e “abstratamente apreendido”, indiretamente investigado e verdadeiramente intuído, sempre por meio da leitura textual atenta. O ensaio de Eagleton, seguindo o já exposto em *Literary Theory*, chama a atenção para o fato de que tal abordagem hegemônica viria a ser questionada de forma mais ampla apenas a partir da segunda metade do século passado.

The Function of Criticism faz um primoroso trabalho de esclarecimento crítico ao discutir esse processo, trazendo a discussão até as portas de nosso tempo. Durante grande parte do século dezoito, a crítica havia se concentrado em disputar o campo da cultura, sendo uma peça fundamental para o projeto político da burguesia ascendente. No século dezenove, a crítica teve papel essencial para a criação de uma esfera em que conflitos reais seriam resolvidos de maneira abstrata, no campo das ideias. Ao longo do século vinte, a atenção crítica oscilou primordialmente para a “literatura”, quando a primazia do texto, das palavras na página, passa para o primeiro plano (LEITCH, 2001). Contudo, a partir das transformações dos anos sessenta, as abordagens críticas foram expandidas em inúmeras vertentes, assimilando tradições anteriores. O que Eagleton procura destacar é qual o papel que esse pensamento crítico quer ter em nosso tempo. Nesse sentido, um dos desafios

colocados para todos os interessados na crítica literária dialética seria levar a efeito o estudo conjunto de fatores estéticos e políticos: uma abordagem interpretativa que seja ao mesmo tempo eficiente em termos de exegese dos aspectos literários e culturais, sem deixar de ser também um instrumento que promova a discussão sobre as contradições do sistema econômico em que vivemos.

A partir de alguns dos questionamentos surgidos em *Literary Theory: an introduction* e *The Function of Criticism*, podemos verificar o quanto nos anos seguintes, mais especificamente entre 1986 e 1996, Eagleton viria a aprofundar sua contribuição ao materialismo histórico como forma de análise, principalmente assinalando o quanto a perspectiva materialista pode cooperar na compreensão da esfera cultural. Como já destacamos logo no início deste texto, bastante relevante é o fato de que esse engajamento de Eagleton foi feito num momento particularmente pouco receptivo às teses materialistas tanto no âmbito acadêmico quanto nos âmbitos sociais e políticos considerados de maneira mais ampla. Nesse sentido, um primeiro livro que merece ser mencionado é *Against the Grain: selected essays* (1986), legítimo representante inicial das discussões do autor sobre o espírito do tempo que se iniciava.

Composto por uma reunião de ensaios, muitos dos quais anteriormente publicados em periódicos e revistas especializadas, o livro evidencia a consolidação de um modo de intervir nos debates críticos, modo este que já se anunciava nas obras anteriores. A ênfase dos ensaios reunidos recai cada vez mais na priorização de um estilo que faça da reflexão teórica também um exercício de diagnóstico social, mais uma vez em linha com as proposições sugeridas em *Literary Theory* e *The Function of Criticism*. A tendência geral do livro traz a nota da polêmica e do compromisso em torno de questões candentes da época, tanto no plano das abordagens críticas quanto no dos fenômenos culturais – tudo isso visto pelo prisma das interconexões entre história, política e arte. Outra tônica dos ensaios, visivelmente importante para os desdobramentos da obra de Eagleton, é a formulação cada vez mais direta, nítida e irônica, na exata medida em que salienta, revela e corrige a pretensa seriedade de um jargão acadêmico que, absorto em si mesmo, fica muitas vezes indiferente ao universo das transformações sociais. Muito mais do que devido ao valor específico dos ensaios isolados presentes no livro, *Against the Grain* deixa sua marca no sentido de ser um esforço em defesa do engajamento crítico, mesmo naquelas épocas em que o conservadorismo e os consensos hegemônicos teimam em decretar o fim de quaisquer possibilidades de modificação e superação da ordem vigente.

Até certo ponto completando o gesto na contracorrente sugerido por *Against the Grain*, o pequeno livro *William Shakespeare* (1986) pode ser visto como uma das mais lúcidas tentativas feitas por Eagleton no sentido de realizar uma crítica que rompa a barreira entre literatura e filosofia. Evidentemente que a filosofia aqui presente tem afinidades com as vertentes materialistas do pensamento filosófico, uma vez que esse parece ser um dos mais fortes ímpetus da perspectiva do autor: recuperar para a crítica literária toda uma tradição filosófica trabalhada pelo materialismo histórico. Em certa medida, é também um complemento a *Against the Grain*, porém com um foco mais concentrado, em que as peças de Shakespeare servem para articular temas muitas vezes de cunho filosófico – o que acabou influenciando muitos comentadores a sugerir que Eagleton estava, para o bem e para o mal, se tornando muito mais um filósofo que falava sobre literatura do que um crítico literário fazendo uso de conceitos advindos da filosofia. Infelizmente aqui mais uma vez parece haver

um mal-entendido. O tipo de ensaio realizado por Eagleton, dentro da tradição da crítica dialética, deliberadamente não respeita a convencional divisão entre disciplinas. Decorre disso, portanto, que os campos da literatura, da filosofia, da história, da economia e das ciências sociais em geral estejam todos interagindo de maneira dinâmica para o entendimento dos objetos culturais e da realidade sócio-histórica. Em consequência, *William Shakespeare* é um pequeno ensaio de fôlego, cuja relevância está em aliar um arsenal filosófico aos correntes debates teóricos, fertilizando tanto os campos da filosofia quanto os das teorias sobre a literatura. Mais importante ainda que isso, porém, é leitura que emana das peças de Shakespeare: na visão de Eagleton as chamadas instabilidades e ambivalências presentes em muitas das peças não são apenas e tão somente aspectos textuais, mas seriam, sobretudo, a materialização das turbulências e desequilíbrios do período em que foram escritas. Algo que era importante ser enfatizado, pois o livro de Eagleton foi publicado num momento em que, novamente, nos estudos literários eram defendidas as ideias de interpretação literária longe do risco representado por aquilo que era visto por muitos como o “reduccionismo” do materialismo histórico. Para combater o que era interpretado como os “perigos” da abordagem dialética, paradoxalmente promovia-se a redução da literatura apenas ao texto: uma tendência que estranhamente negava à linguagem e aos próprios fenômenos simbólicos sua gênese e conformação social. É nesse sentido que talvez o livro sobre Shakespeare tenha sido uma tentativa de Eagleton de identificar e assinalar, como esforço de intervenção crítica, algumas das novas conformações ideológicas no horizonte teórico do fim do século passado.

Nesse contexto surge o livro *The Ideology of the Aesthetic* (1990). Uma visão bastante difundida entre os comentadores da obra de Eagleton sugere que esta é uma das obras mais ambiciosas do autor, senão a mais ambiciosa (REGAN, 1998). O que talvez mais impressione é o leque de teóricos envolvidos, abrangendo um vasto grupo de pensadores e ensaístas que de uma forma ou de outra foram relevantes para o desenvolvimento dos estudos sobre a estética. Não se trata de uma história social da estética, embora esse aspecto perpassasse toda a discussão (SMITH, 2008). O longo percurso, que vai do século dezoito até o final do século vinte, investiga as linhas de força propostas desde o estabelecimento da arte como esfera supostamente autônoma até o chamado momento da pós-modernidade. Num certo sentido, é um aprofundamento dos livros *Literary Theory: an introduction* e *The Function of Criticism*, porém com uma chave de cunho filosófico bastante forte e com caráter eminentemente interdisciplinar. Particularmente incisivas são as correlações entre subjetividade e ideologia, demonstrando a abertura analítica que o materialismo histórico pode promover quando desprovido das amarras da ortodoxia e fiel aos pressupostos básicos de sua origem (EAGLETON e BEAUMONT, 2010). Em outras palavras, e reforçando algo que já mencionamos anteriormente, podemos dizer que Eagleton acaba sendo um inovador porque retoma mais uma vez o teor multidisciplinar do materialismo histórico. Assim, subjetividade e ideologia são entrelaçadas a categorias da estética, uma vez que arte e sociedade, individualidade e política, história e cultura serão todas vistas sempre em interação, na dinâmica social que lhes serve de veio condutor.

Com a publicação de *The Ideology of the Aesthetic* (1990), Eagleton também procura intervir nos debates sobre o pós-modernismo, respondendo a um espírito do tempo que passava a marcar muitas das discussões sobre literatura e cultura de maneira geral. Ao longo do livro, o que aparece são observações ora esparsas, ora mais contínuas, que visam sobretudo a salientar algumas características do pensamento pós-moderno, características estas que

muitas vezes criam um discurso de aparente denúncia de toda e qualquer forma de opressão sem oferecer qualquer possibilidade de emancipação real. Em outras palavras, as instâncias do poder aparecem como mecanismos da linguagem descolados dos antagonismos de classe e dos conflitos políticos efetivamente existentes. Eagleton pontua, assim, que muitas das queixas e acusações perpetradas por certas correntes do pós-modernismo não vêm acompanhadas de uma ética política, ou seja, de uma base a partir da qual possa ser articulada uma crítica social. O próprio ceticismo pós-moderno em relação a posições universais ético-políticas impede a construção necessária de uma estratégia que sirva de embasamento para uma crítica mais efetiva. Isso acabaria reforçando a adoção daquilo que Eagleton denomina como “pessimismo libertário”, para o qual “o sistema” – qualquer que seja ele – é transformado no ponto de opressão: uma postura que, no limite, falha até mesmo para diferenciar entre as estruturas sociais do capitalismo liberal e aquelas de uma ditadura fascista. Numa perspectiva diversa, Eagleton acredita que existe a possibilidade de apontar para uma saída da estética pós-moderna: a criação de um alicerce a partir do qual possa ser lançada a resistência aos sistemas de poder, sistemas estes que devem ser, porém, historicamente compreendidos. Isso implica retomar toda uma série de procedimentos, teóricos mas sobretudo práticos, que levem em conta as condições materiais de existência e a necessária crítica à economia política do regime capitalista.

Cabe ressaltar ainda que, no ambicioso texto construído em *The Ideology of the Aesthetic*, tanto pelo alcance da reflexão quanto pelo arco histórico abarcado, Eagleton defende a tese de que a estética deveria ser vista como sendo simultaneamente ideológica e utópica, embora não utilize o conceito de utopia de maneira extensa ao longo do livro. De todo modo, bastante presente é o argumento de que a arte representa o paradigma ideal de produção material para Marx, devido à sua qualidade potencial de ser algo com fim em si mesmo. A arte seria, assim, um modelo possível da atividade humana com sentido – uma ideia, aliás, que viria a ser retomada por Eagleton em obras mais recentes, como por exemplo, *Why Marx was right* (2011). Porém nosso autor lembra que a estética é ao mesmo tempo uma crítica utópica do individualismo burguês e algo bastante idealista e até mesmo ineficaz. Seu frágil impulso utópico estaria presente na forma de representar um certo ideal de comunidade, em que os sujeitos estariam ligados em um ato de avaliação estética. Mas, ao mesmo tempo, como bem adverte Eagleton, existiria algo de profundamente errado nessa alternativa em que apenas por intermédio da estética um ideal comunitário pudesse ser atingido (EAGLETON e BEAUMONT, 2010). E nessa advertência vemos claramente uma herança do pensamento materialista de Raymond Williams²: uma sociedade evidentemente não está funcionando quando a sensação de solidariedade puder ser apenas atingida mediante recurso à válvula de escape da estética. Por isso Eagleton procura trabalhar com um conceito de utopia que já contenha em si alguma possibilidade de realização prática. Se não for assim, e isso é algo que perpassa de certa maneira toda a argumentação de *The Ideology of the Aesthetic*, as pessoas correm o risco de almejar paraísos artificiais em vão, inatingíveis: algo que pode levar tanto à frustração e ao adoecimento psíquico quanto à inação e ao conformismo político (EAGLETON e BEAUMONT, 2010). Assim, a estética preconizada por nosso autor seria aquela que procura ver na longa tradição do pensamento materialista os exemplos reais e práticos de formas de sociabilidade: formas estas que, por meio dos laços de cooperação,

2 Em livros como *The Country and the City*. London: Paladin, 1975; *The Long Revolution*. London: The Hogarth Press, 1982; *Culture*. London: Fontana, 1982; e ainda *Culture and Society*. London: The Hogarth Press, 1993.

solidariedade e autodesenvolvimento, façam com que as atividades humanas recuperem objetivos muitas vezes apenas enunciados em termos estéticos.

Publicado no mesmo ano de *The Ideology of the Aesthetic*, o livro *The Significance of Theory* (1990) é bem menos ambicioso, na verdade se constituindo numa reunião de palestras dadas por Eagleton na Bucknell University, além de conter uma entrevista. O interesse do conjunto está na reflexão acerca dos limites do trabalho teórico e sua capacidade ou incapacidade de intervenção no plano político e nos debates sociais mais urgentes. A própria crença na formulação teórica como um espaço de criação independente é criticada. Entre a inutilidade de um conhecimento apartado da sociedade e a contaminação do pensamento por uma visão exclusivamente mecanicista e utilitarista, Eagleton tenta manter acesa a chama de uma crítica que una interpretação e desejo de transformação, ainda que ciente das limitações inerentes ao próprio trabalho teórico. As ideias isoladamente não mudam a realidade, mas, quando partilhadas por um contingente expressivo de pessoas, podem eventualmente adquirir capacidade de atuação, viram um instrumento ativo – e com força material, prática. Numa época em que a atividade política demonstra tons sombrios e paralisantes, uma das funções da formulação teórica seria manter vibrante a disposição para a mudança. *The Significance of Theory* proporia assim, de forma um tanto quanto excessivamente paradoxal, a pertinência até mesmo dos debates em aparência inócuos ou isolados da vida cotidiana, como aqueles que muitas vezes ocorrem em torno das questões estéticas. No final das contas, os apelos da arte por autonomia poderiam servir com um aviso de alerta: talvez estejamos vivendo um momento histórico em que a busca por autonomia seja uma quimera, distante de nossa vivência no dia a dia – e, no entanto, tal busca seria essencial, uma vez que ao menos demonstraria a alienação à qual estamos sujeitos. O chamado em prol da arte autônoma seria um chamado em busca de atenção³. A arte seria a inscrição de um gesto de resistência frente ao atual estado de coisas. Seria o potencial utópico presente no desejo de não ser mercadoria num mundo já transformado em mercadoria. Numa realidade em que tudo deve ser útil e produtivo, a chamada inutilidade da arte poderia servir como uma indicação de que outra realidade pode ser possível ou, ao menos, passível de ser almejada.

Não por acaso, o seguinte livro de Eagleton, *Ideology: an introduction* (1991) vai ser justamente um adensamento dos dilemas e impasses surgidos nos livros imediatamente anteriores. O conceito de ideologia nem sempre é aceito pelas correntes avessas à perspectiva materialista da história. Muitos o acusam de ser indeterminado demais, de difícil definição e apreensão. Por isso, num gesto ao mesmo tempo teórico e político, Eagleton julga ser necessária a defesa desse conceito (EAGLETON e BEAUMONT, 2010). Reconhece as dificuldades envolvidas para todos os que trabalham em torno da conceituação do que exatamente vem a ser ideologia. Assim, faz simultaneamente uma defesa e um resgate crítico da história do conceito, destacando sempre as implicações e os problemas das teorizações em torno dele. Em vez de trabalhar com um molde fechado, Eagleton entende a ideologia mais em termos de sua função ao longo dos processos históricos, a maneira por meio da qual foi utilizada, e procura evitar definições excessivamente presas a formas específicas, que variaram em cada lugar e época. Inúmeros comentadores julgam ser este livro uma das melhores introduções ao estudo da ideologia e, num certo sentido, corroboram o esforço do autor de realizar uma produção ensaística que, sem diluição da força teórica, procura retomar

³ Esta é uma elaboração de Raymond Williams algumas vezes retomada por Eagleton.

proposições, formulações e conceitos e rerepresentá-los novamente para debate (REGAN, 1998; SMITH, 2008). Em outras palavras, temos aqui mantida a perspectiva abordada no livro sobre Walter Benjamin e seguindo as orientações do pensador alemão, ou seja, revisitar conceitos na contracorrente dos consensos estabelecidos.

Um último livro do qual trataremos é *The Illusions of Postmodernism* (1996). Visto muitas vezes como excessivamente vago e menos rigoroso em termos filosóficos, quando comparado a livros anteriores, tais como *The Ideology of the Aesthetic* ou mesmo *Ideology: an introduction*, esse ensaio é, todavia, um importante documento do envolvimento de Eagleton com um dos mais importantes debates teóricos do final do século passado, com repercussões ainda bastante atuais. Em nosso ponto de vista, trata-se de uma obra fundamental – ao lado das de Fredric Jameson, David Harvey e Alex Callinicos – para a compreensão crítica do pós-modernismo. Se for correta nossa leitura, o livro serve também como uma espécie de súpula da construção teórica e de algumas das principais facetas trabalhadas por Eagleton entre os anos de 1986 e 1996. Acresce ainda que, como ensaio, traz de maneira veemente as marcas de um texto de intervenção, algo assinalado pelo próprio autor: “[...] Eu queria captar o clima intelectual geral. [...] É uma polêmica de verdade, e acho que vi o livro como uma intervenção política em vez de um texto teórico” (EAGLETON e BEAUMONT, 2010, p.276).

As discussões apontadas no texto permanecem, tanto em termos teóricos quanto políticos, nos dias de hoje. Porém muitos dos ditames pós-modernistas foram, de certa forma, naturalizados no ambiente acadêmico e cultural, como se sequer pudessem ser questionados. Num certo sentido, isso já havia sido antecipado por Eagleton. O pós-modernismo muitas vezes oferece uma capa de rebeldia para um conteúdo bastante adaptado ao pensamento hegemônico. Por isso, a manutenção dos pressupostos do pós-modernismo acaba oferecendo espaço para o conforto de uma crítica que parece antagonizar quase tudo e não acredita na mudança efetiva de quase nada. O discurso é libertário; a prática é acomodada. Por outro lado, devemos levar em conta uma ressalva do próprio Eagleton: a onda teórica pode ter sido abrangente, uma vez que em grande medida funcionou e, ainda tenta funcionar, como véu ideológico do neoliberalismo, mas isso não significa que tenha ocupado todos os espaços da crítica. Para além disso, vale lembrar que, como discurso legitimador de um certo estado de coisas, o pós-modernismo muitas vezes ficou restrito a determinados ambientes intelectuais e artísticos. A partir do momento em que novas contradições nas relações de produção surgiram, a capacidade de diagnóstico de uma corrente pouco atenta às condições materiais de produção mostrou-se bastante frágil. Assim, merece destaque a ênfase de Eagleton a respeito de uma famosa concepção materialista: as formulações teóricas não devem ser supervalorizadas, uma vez que grande parte das modificações efetivas (ou a quase totalidade delas) ocorre no campo da vida prática. E talvez seja exatamente em virtude disso que *The Illusions of Postmodernism* ainda mantém sua relevância como ensaio eminentemente político, que procura desatar alguns nós da verborragia teórico-cultural por meio de sua insistência num olhar crítico em relação à política e à economia de nosso tempo.

Os modelos abstratos propostos por uma longa escola de formulações estéticas idealistas deveriam ser entendidos como tentativas, mais ou menos bem sucedidas, de escapar ao olhar mais atento às contradições da vida prática dos seres humanos. Assim, em *The Illusions of Postmodernism*, Eagleton recupera algo que já apontara em ensaios anteriores e que irá constantemente sublinhar em momentos posteriores de sua obra: a necessidade de exercer o pensamento dialético como forma de preparar nosso olhar para a dimensão efetivamente

material de nossa existência como seres vivos. Olhar para essa dimensão, que faz a ligação direta com a natureza, não seria reduzir o homem a um mero animal: ao contrário, para Eagleton essa seria a possibilidade de que nos tornássemos animais efetivamente históricos, capazes de construir nossa própria história agora em busca de um ideal emancipador. Evidentemente que nesse ponto de sua argumentação, Eagleton está estabelecendo um fio condutor que procura resgatar o legado de Marx e Engels: um olhar que necessariamente faria com que observássemos a importância do trabalho como atividade humana. Não como uma maldição ou uma condenação, mas simplesmente como um dado de nossa natureza, natureza esta que modifica o mundo e a si mesma. Ao estabelecerem esse metabolismo dinâmico com a realidade, os seres humanos também criam a possibilidade de serem finalmente sujeitos do processo histórico. Decorre daí uma dimensão ética que tem como consequência política o desafio de organizar a vida social em novos parâmetros: de modo que a produção e a distribuição dos bens e serviços tenham de ser feitas respeitando os critérios de justiça, de igualdade e ao mesmo tempo de liberdade para a comunidade.

Isso que procuramos sintetizar no parágrafo anterior aparece, como dissemos, em algumas passagens de *The Illusions of Postmodernism* e vai ressurgir em obras mais recentes de Eagleton, como por exemplo *Why Marx was right*. Talvez seja um grande ponto de síntese das preocupações que norteiam e situam cada intervenção de nosso autor. Dessa maneira, no breve apanhado que fizemos do período entre os anos de 1983 e 1996, indo de *Literary Theory: an introduction* até *The Illusions of Postmodernism*, foi nosso desejo sugerir caminhos de entrada e primeiras observações para um conjunto de livros permeados por uma corrente subterrânea: o materialismo histórico e seu procedimento crítico. Procedimento este que percorre a arena dos debates teóricos, mas sempre tendo como meta o enfrentamento dos consensos ideológicos e hegemônicos. Fazendo da elucidação teórica um veículo de intervenção ao mesmo tempo vigoroso e acessível, com claro horizonte político. Mantendo a precisão dos conceitos, num estilo que faça da reflexão investigativa também um exercício de diagnóstico social. Sabendo ver, enfim, nos elementos estéticos os indícios de uma longa tradição do pensamento materialista, sensível aos exemplos reais e práticos de novas formas de sociabilidade. Em suma, exercendo um procedimento crítico interessado na emancipação humana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALDERSON, David. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2004.
- EAGLETON, Terry. *Walter Benjamin, or Towards a Revolutionary Criticism*. London: Verso, 1981.
- _____. *Literary Theory: an introduction*. London: Blackwell, 1983.
- _____. *The Function of Criticism*. London: Verso, 1984.
- _____. Ideology and Scholarship. In: *Historical Studies and Literary Criticism*. Madison: University of Wisconsin Press, 1985.
- _____. *Against the Grain: selected essays*. London: Verso, 1986.
- _____. *William Shakespeare*. Oxford: Blackwell, 1986.
- _____. Action in the present: an interview with Terry Eagleton. *Polygraph*, 2/3, 1989.
- _____. *The Ideology of the Aesthetic*. Oxford: Blackwell, 1990.
- _____. *The Significance of Theory*. Oxford: Blackwell, 1990.

- _____. *Ideology: an introduction*. London: Verso, 1991.
- _____. *The Illusions of Postmodernism*. Oxford: Blackwell, 1996.
- _____. *Why Marx was right*. New Haven: Yale University Press, 2011.
- EAGLETON, Terry e BEAUMONT, Matthew. *A tarefa do crítico*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.
- LEITCH, Vincent. (ed.) *The Norton Anthology of Theory and Criticism*. New York: W. W. Norton & Company, 2001.
- REGAN, Stephen (ed.) *The Eagleton Reader*. Oxford: Blackwell, 1998.
- SMITH, James. *Terry Eagleton: a critical introduction*. Cambridge: Polity Press, 2008.